

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.025 - SP (2018/0345610-2)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
RECORRENTE : **CARLOS ALBERTO BERNARDO CHAGA (PRESO)**
RECORRENTE : **MIZUEL BERNARDO CHAGA (PRESO)**
ADVOGADO : **HUGO ANDRADE COSSI - SP110521**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

EMENTA

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ARGUIÇÃO DE ILEGALIDADE DECORRENTE DO CUMPRIMENTO DE PENA EM ESTABELECIMENTO PENAL INADEQUADO AO REGIME FIXADO. NÃO OCORRÊNCIA. SENTENCIADOS CUMPRINDO PENA EM REGIME SEMIABERTO. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

Recurso em *habeas corpus* improvido.

DECISÃO

Relatou o Ministro João Otávio de Noronha, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, ao indeferir a liminar (fls. 199/200 – grifo nosso):

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por **Carlos Alberto Bernardo Chaga** e por **Mizael Bernardo Chaga** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (fl. 161):

HABEAS CORPUS. Execução criminal.

1. O *habeas corpus* constitui via autônoma de impugnação a decisões proferidas no âmbito da jurisdição criminal e instrumento célere, que visa assegurar o direito que se pretende ver garantido, sendo de rigor reconhecer que nem mesmo a previsão de recurso específico impede a impetração quando a ilegalidade alegada venha respaldada por prova pré-constituída.

2. Pacientes condenados no regime semiaberto. Alegação de constrangimento ilegal decorrente do não recolhimento dos pacientes em estabelecimento que viabilize a permanência no trabalho. Sentença condenatória que apenas considerou as circunstâncias judiciais favoráveis aos réus, bem como que o regime semiaberto viabiliza a realização e trabalho no curso de cumprimento da reprimenda. Ausência de estabelecimento prisional destinado ao cumprimento de pena no regime intermediário na localidade onde os pacientes foram julgados.

Impossibilidade de determinar o cumprimento de pena na cadeia pública local, estabelecimento destinado a presos provisórios (art. 102 da LEP).

3. Ausente constrangimento ilegal.

Ordem denegada.

Os recorrentes foram denunciados como incurso nos arts. 121, § 2º, III e IV, c/c o art. 14, II, por duas vezes, c/c o art. 70, todos do Código Penal.

Superior Tribunal de Justiça

Alegam que estão sofrendo constrangimento ilegal por "estarem na iminência de ser presos em REGIME DIVERSO ao que realmente têm direito" (fl. 170).

Argumentam que lhes foi deferido o regime semiaberto, com a condição de que continuassem trabalhando, razão pela qual devem ser recolhidos à delegacia de polícia local no período das 20 às 6 horas.

Requerem, liminarmente e no mérito, seja cassada a decisão de primeira instância e lhes seja garantido o recolhimento à cadeia pública de Casa Branca, de modo que possam continuar trabalhando, bem como seja suspenso o mandado de prisão expedido.

Prestadas as informações pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (fls. 204/218), o Ministério Público Federal, em parecer exarado pelo Subprocurador-Geral da República Mário Ferreira Leite, manifestou-se pelo desprovimento do recurso (fls. 223/227).

As informações complementares solicitadas aos Juízos das Execuções Penais foram prestadas às fls. 233/254 e 262/333.

É o relatório.

Aduzem os recorrentes que estão na iminência de cumprir pena em regime diverso daquele pelo qual foram condenados.

Consoante se depreende da sentença condenatória (fls. 33/34), os apenados foram condenados ao cumprimento da pena no regime inicial semiaberto.

Solicitadas informações, o Juízo da Unidade Regional de Departamento Estadual de Execução Criminal DEECRIM 4ª RAJ noticiou que o recorrente Carlos Alberto se encontra cumprindo pena no regime semiaberto (CR Limeira) e, de acordo com o cálculo de pena, cumprirá o requisito objetivo para a progressão de regime em 12/12/2019 (fl. 257), e o Juízo da Unidade Regional de Departamento Estadual de Execução Criminal DEECRIM 9ª RAJ noticiou que o recorrente Mizael também se encontra cumprindo pena no regime semiaberto (Penitenciária II de Tremembé) e atingirá o lapso para o regime aberto em 1º/12/2020 (fl. 317).

Verifica-se, assim, que não há ilegalidade flagrante a ser sanada, sendo irretocável o acórdão proferido pelo Tribunal *a quo*, que denegou a ordem pelos seguintes fundamentos (fls. 164/165 – grifo nosso):

Consta da sentença (fls. 26/35) que os ora pacientes foram condenados ao

cumprimento de 04 (quatro) anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, tendo-os como incurso no artigo 121, §2º, inciso III e IV, c.c. artigo 14, inciso II, do Código de Processo Penal.

Ao fixar o regime semiaberto para início de cumprimento de pena, a r. sentença restou assim fundamentada:

Fixo o regime inicial semiaberto para cumprimento de pena nos termos do art. 33, § 2º, "b", e § 3º c.c. art. 59, ambos do Código Penal e lei n.º 8.072/90, em razão da gravidade do crime em questão, de modo a possibilitar que o acusado permaneça trabalhando, porém arque com os atos cometidos. Ademais, a folha de antecedentes do acusado não revela ser pessoa perigosa que exija a fixação de regime inicial mais gravoso.

Pois bem.

Observa-se da sentença que, ao fixar o regime inicial de cumprimento pena, foram levadas em consideração as condições judiciais favoráveis aos acusados (art. 59 do CPP) para fixação do regime intermediário de cumprimento de pena, bem como que, dentre as características desse regime, está a possibilidade de trabalho no curso de cumprimento da reprimenda.

Com efeito, no tocante ao regime semiaberto, nosso Código Penal prescreve que "o condenado fica sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar" e "o trabalho externo é admissível, bem como a frequência a cursos supletivos profissionalizantes, de instrução de segundo grau ou superior" (art. 35, §§1º e 2º).

Inicialmente, há que se anotar que, diversamente do sustentado pelo impetrante, a aludida sentença não atribuiu aos réus o direito de permanecerem recolhidos no município no qual foram julgados (Casa Branca) com vistas a viabilizar a realização de trabalho naquela localidade. A fundamentação posta na sentença lança mão somente das razões pelas quais o magistrado fixou o regime escolhido.

Até porque, na cidade onde os pacientes foram julgados, sequer há estabelecimento prisional destinado a presos que cumprem pena no regime semiaberto.

Outrossim, os pacientes encontram-se condenados em definitivo, pois o título penal transitou em julgado 11/12/2017, o que implica reconhecer a existência de óbice legal para lhes deferir o recolhimento na cadeia pública local, pois este estabelecimento é destinado apenas a presos provisórios (art. 102 da LEP).

Em acréscimo, em consulta ao sistema SIVIC realizada em 15/10/2018, verifiquei que os réus Carlos Alberto Bernardo Chaga e Mizael Bernardo Chaga encontram-se recolhidos respectivamente no Centro de Ressocialização de Moca e Penitenciária Tremembé II, estabelecimentos prisionais adequados ao regime de cumprimento de pena fixado na sentença.

Ora, diante de todo o exposto, vale acrescentar que o *writ* impetrado na origem não comportaria sequer ser conhecido, ante a evidente ausência de interesse de agir.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso *em habeas corpus*.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator